



M
R

CONTRATO N.º 20 /2015

AJUSTE DIRETO PARA: "REABILITAÇÃO DE 8 MÓDULOS DE ECOPONTOS E 15 RSU'S (RECOLHA INDIFERENCIADA)"

--- Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Caminha, edifício do Município de Caminha, compareceram como outorgantes:-----

--- Primeiro: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima do concelho de Lisboa, residente na Rua Pedro Homem de Melo, n.º 239, 1.º C Esq.; 4910 506 Vila Praia de Âncora, Presidente da Câmara Municipal de Caminha, que outorga em sua representação.-----

--- Segundo: Nuno António da Silva Lopes, portador do cartão de cidadão n.º 09226846, residente na Rua José Teixeira Lopes, n.º 145 - Arcozelo, na qualidade de representante legal da firma "TNL – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Sistemas Ambientais, S.A.", com sede na Rua Cais das pedras, n.º 8, 1.º dto, 4050-465 Porto, contribuinte n.º 505032465, e com poderes para este ato. -----

--- Assim presentes, pelo primeiro outorgante foi dito:-----

--- Que por despacho do Sr. Presidente da Câmara, Miguel Alves, datado de 30 de Abril de 2015, o Município de Caminha adjudicou ao concorrente "TNL – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Sistemas Ambientais, S.A." a "REABILITAÇÃO DE 8 MÓDULOS DE ECOPONTOS E 15 RSU'S (RECOLHA INDIFERENCIADA)", pelo preço contratual de € 51.195,50 (cinquenta e um mil, cento e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos), acrescido do Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa legal, atualmente de seis por cento, a que corresponde o montante total de € 54.267,23 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete euros e vinte e três cêntimos), , tendo o mesmo órgão aprovado a minuta do contrato a 30 de Abril de 2015, nas condições e cláusulas que a seguir se indicam:-----

--- Primeira: O presente contrato tem por objeto a reabilitação de 8 módulos de ecopontos e de 15 RSU's (recolha indiferenciada) e produz efeitos a partir da presente data, devendo todos os trabalhos inerentes ao objeto deste contrato estar integralmente concluídos no prazo máximo de 90 dias e, de acordo com os termos e condições estabelecidos na proposta do segundo outorgante, documentos que depois de rubricados pelos intervenientes ficam a fazer parte integrante do presente contrato;-----

--- Segunda: Este contrato é celebrado por ajuste direto nos termos do determinado na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos.-----

--- Terceira: As sanções aplicáveis por incumprimento do presente contrato, bem como as condições de rescisão do mesmo são as que constam do processo de procedimento e demais legislação em vigor;-----



--- Quarta: Em tudo quanto for omissa no presente contrato, regularão os preceitos legais em vigor e bem assim a disciplina normativa e contratual decorrente do processo de procedimento e proposta apresentada pelo segundo outorgante, e ficam a fazer parte integrante deste contrato.-----

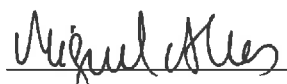
--- Quinta: De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos e explícito no convite do procedimento não é exigível a prestação de caução por parte do adjudicatário. Não havendo também lugar a reforço da caução.-----

--- Sexta: Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, qualquer dos outorgantes poderá denunciar o presente contrato, desde que seja efetuado o pedido através de carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de trinta dias úteis. Com a denúncia do presente contrato os outorgantes nada mais terão que exigir um do outro, seja a que título for.--

--- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita o presente contrato nos precisos termos expostos pelo primeiro outorgante, obrigando-se por isso ao seu integral cumprimento.-----

--- Este contrato foi lido em voz alta e explicado o seu conteúdo na presença simultânea dos intervenientes e julgado conforme por eles vai ser assinado.-----

Primeiro Outorgante;


(Miguel Alves)

Segundo Outorgante,


(Nuno Lopes)